



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO
XVI CONCURSO PÚBLICO PARA JUIZ DO TRABALHO
SUBSTITUTO**

**INSTRUÇÕES AO CANDIDATO
PRIMEIRA PROVA OBJETIVA SELETIVA
SÁBADO**

Cuiabá – Mato Grosso

17 de julho de 2010

01. A prova terá duração de 04 (quatro) horas.
02. Não será permitida nenhuma forma de consulta.
03. Os fiscais não prestarão esclarecimentos a respeito do conteúdo da prova. A interpretação das questões faz parte da prova.
04. Confira se seu caderno de prova contém todas as questões numeradas de 01 a 50. Existindo falha, chame o fiscal. Reclamações posteriores não serão aceitas.
05. Ao terminar a prova, devolva o cartão de respostas preenchido. **Não destaque a ficha de identificação.**
06. Preencher o cartão de respostas com caneta de tinta azul ou preta. Não rasure nenhuma questão. Não utilizar corretor.
07. Não escreva nada no cartão de respostas, além dos dados solicitados. Qualquer anotação feita no mesmo torná-lo-á nulo.
08. Atente para o tempo de preenchimento do cartão de respostas, pois, após a duração de 04 (quatro) horas os mesmos serão recolhidos.
09. Não haverá substituição do cartão de respostas.
10. Aguarde a ordem para abrir o caderno de questões.

COMISSÃO DE CONCURSO

BLOCO I

Direito do Trabalho.

1) Sobre os princípios inerentes ao Direito do Trabalho, assinale a alternativa **incorreta**.

- a) As condições mais benéficas conquistadas pelos trabalhadores, seja de modo individual ou coletivo, sempre aderem aos contratos individuais de trabalho e não podem ser suprimidas depois de implementadas.
- b) O princípio da norma mais favorável tem aplicação quando duas normas disciplinam o mesmo assunto.
- c) Em face do princípio da continuidade da relação de emprego, presume-se que o empregado não toma a iniciativa de romper o vínculo.
- d) A primazia da realidade é princípio de elevada importância quando se discute a natureza jurídica da relação de trabalho.
- e) A partir do princípio protetor o direito do trabalho procura igualar partes materialmente desiguais.

2) Analise o caso a seguir, bem como as assertivas posteriores, e aponte aquela que se encontra **correta** à luz da legislação, jurisprudência pacificada e doutrina dominante.

Petrônio, como gerente de vendas de uma empresa, possuía e-mail funcional através do qual se comunicava com clientes, bem assim com a chefia e subordinados. Também utilizava o mesmo e-mail para fins particulares. O empregador, após receber uma denúncia acerca da conduta de Petrônio, abriu sua caixa de mensagens e ali encontrou diversos e-mails com conteúdo pornográfico, um dos quais com crianças nuas (pedofilia). Diante deste fato a empresa fez uma investigação geral e constatou que o empregado Filomeno também utilizou várias vezes o e-mail funcional para trocar mensagens pessoais com sua esposa, cujo conteúdo dizia respeito apenas a temas afetos à família. Diante disso, ambos foram dispensados por justa causa, porque não haviam sido autorizados a usar o e-mail funcional para fins particulares.

- a) A Justa causa não poderia ser aplicada contra nenhum dos empregados, já que o empregador não pode acessar as mensagens que transitam pelo e-mail funcional, na medida em que os empregados tem o direito de ver preservada sua intimidade, vida privada e sigilo de correspondência.
- b) O empregador, como titular do poder fiscalizatório, tem o direito de acessar as mensagens que transitam via e-mail funcional e por esta razão a justa causa está correta para ambos;
- c) Apesar de ser lícito ao empregador fiscalizar as mensagens nenhum dos empregados poderia ser dispensado por justa causa, haja vista que não houve dano causado à empresa em face da conduta por eles praticada.

- d) Correta a justa causa aplicada contra Petrônio e incorreta, porque excessiva, em relação ao empregado Filomeno.
- e) Como não houve dano, caberia ao empregador valer-se de pena mais branda para os dois empregados.

3) No que se refere à duração do trabalho analise as proposições abaixo e com base na legislação, jurisprudência pacificada e doutrina predominante aponte a **alternativa correta**.

I- Atletas profissionais de futebol submetem-se à jornada regular de oito horas diárias e 44 semanais, sendo o tempo destinado à concentração característica especial do contrato de trabalho, que não pode ser considerada como jornada extraordinária.

II- Os empregados de empresas distribuidoras e corretoras de títulos e valores mobiliários têm direito à jornada especial dos bancários.

III- O digitador tem direito à jornada especial de seis horas diárias e 36 semanais, bem como ao descanso de 10 minutos após cada 90 minutos trabalhados.

IV- Jornalistas, revisores, fotógrafos e ilustradores tem direito à jornada diária não excedente a cinco horas, tanto de dia quanto à noite, mas esta poderá ser elevada a sete horas, mediante acordo escrito, com proporcional aumento salarial, assegurado, nesta hipótese, intervalo para alimentação e descanso.

- a) As proposições I e IV estão corretas e as proposições II e III incorretas.
- b) As proposições I e III estão corretas e as proposições II e IV incorretas.
- c) As proposições III e IV estão corretas e as proposições I e II incorretas.
- d) As proposições I e II estão corretas e as proposições III e IV incorretas.
- e) As proposição II e III estão corretas e as proposições I e IV incorretas.

4) No que concerne à equiparação salarial, com base na legislação, doutrina dominante e jurisprudência pacificada, aponte a alternativa **correta**:

- a) Para qualquer empregador só é válido o quadro de pessoal organizado em carreira quando homologado pelo Ministério do Trabalho;
- b) Para efeito de equiparação de salários em caso de trabalho igual, conta-se exclusivamente o tempo de serviço no emprego;
- c) A equiparação salarial só é possível se o empregado e o paradigma exercerem cargos que têm a mesma denominação;
- d) A cessão de empregados exclui a equiparação salarial, embora exercida a função em órgão governamental estranho à cedente, se esta não responde pelos salários do paradigma e do reclamante.
- e) Mesmo que atendidos os requisitos do art. 461 da CLT, não é possível a equiparação salarial de trabalho intelectual, pois neste caso não há como avaliar objetivamente o critério de mesma perfeição técnica;

5) Gerson, vendedor em uma empresa de comércio varejista, formou-se no curso de jornalismo. Pouco depois passou a integrar a diretoria do sindicato dos jornalistas da região, sem prejuízo da atividade de vendedor que era cumulada com os trabalhos no sindicato, onde era responsável pela elaboração do jornal da entidade classista. A empresa varejista, passando por um processo de reestruturação, reduziu seu quadro de vendedores de 20 para 15 e por este motivo Gerson foi demitido. Aponte a **alternativa correta**.

- a) A dispensa é ilegal, uma vez que o dirigente sindical somente pode ser dispensado mediante inquérito judicial prévio para apuração da pertinência dos motivos apresentados pelo empregador como determinantes para a dispensa.
- b) A dispensa é ilegal, pois Gerson somente poderia ser dispensado por falta grave mediante apuração em inquérito judicial.
- c) A dispensa é ilegal, uma vez que na reestruturação empresarial cabia ao empregador primeiro dispensar aqueles que não são dirigentes sindicais;
- d) A dispensa é legal, porque apesar de diretor do sindicato dos jornalistas, perante a empresa Gerson era apenas um vendedor como os demais;
- e) A dispensa é ilegal, pois viola o direito coletivo dos trabalhadores representados pelo sindicato dirigido por Gerson.

6) No que se refere à terceirização de trabalho, analise as proposições abaixo e com base na legislação, jurisprudência pacificada e doutrina predominante aponte a **alternativa correta**.

I- Não há qualquer exceção à regra segundo a qual é ilícita a terceirização de atividade fim.

II- As empresa de telecomunicações podem terceirizar serviços de instalação e reparo de linhas telefônicas.

III- O inadimplemento das obrigações trabalhistas, por parte do empregador, implica a responsabilidade solidária do tomador dos serviços, quanto àquelas obrigações, inclusive quanto aos órgãos da administração pública.

IV- É lícita a contratação por meio de empresa interposta no caso de trabalho temporário, vigilância, conservação e limpeza.

- a) As proposições I, e IV estão corretas e as proposições II e III incorretas.
- b) As proposições I e III estão corretas e as proposições II e IV incorretas.
- c) As proposições III e IV estão corretas e as proposições I e II incorretas.
- d) As proposições I e II estão corretas e as proposições III e IV incorretas.
- e) As proposição II e IV estão corretas e as proposições I e III incorretas.

7) De acordo com a atual legislação que regulamenta o contrato de estágio, assinale a **alternativa incorreta**.

- a) Estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam freqüentando o ensino regular em instituições de educação superior,

de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos.

- b) A definição da jornada em estágio é de responsabilidade exclusiva da instituição de ensino e da parte concedente, pois são as únicas com condições de estabelecer um tempo máximo de trabalho que não comprometa os estudos do estagiário.
- c) Se a instituição de ensino adotar verificações de aprendizagem periódicas ou finais, nos períodos de avaliação, a carga horária do estágio será reduzida pelo menos à metade, segundo estipulado no termo de compromisso, para garantir o bom desempenho do estudante.
- d) O estágio não poderá exceder dois anos, exceto quando se tratar de estagiário portador de deficiência.
- e) O estagiário poderá receber bolsa ou outra forma de contraprestação que venha a ser acordada, sendo compulsória a sua concessão, bem como a do auxílio-transporte, na hipótese de estágio não obrigatório.

8) A partir do seguinte caso analise as proposições abaixo e com base na legislação, jurisprudência pacificada e doutrina predominante aponte a **alternativa correta**.

Sebastião trabalhou na fazenda do Sr. Rubens entre os anos de 1985 e 2009 sempre como serviços gerais e mediante salário mínimo. Não teve CTPS anotada, nem assinou qualquer contrato quando da admissão ou no curso da contratualidade. Ao longo do vínculo recebia um salário mínimo mensal. Também recebia moradia com infra-estrutura básica e os bens destinados ao cultivo de uma roça para subsistência sua e da família. Estas utilidades, somadas, considerando o valor de mercado, equivaliam a um salário mínimo mensal.

I- Sebastião tem direito ao FGTS de todo período contratual apenas sobre o salário pago em espécie;

II- Sebastião tem direito ao FGTS de todo período contratual sobre o salário pago em espécie, bem como sobre o valor correspondente às utilidades;

III- Sebastião tem direito ao FGTS sobre o salário pago em espécie, bem como sobre o valor correspondente às utilidades, mas somente em relação aos últimos cinco anos, pois a prescrição do trabalhador rural é idêntica à do trabalhador urbano;

IV- Sebastião tem direito ao FGTS sobre o salário pago em espécie, mas somente em relação aos últimos cinco anos, pois a prescrição do trabalhador rural é idêntica à do trabalhador urbano;

- a) As proposições I, II, III e IV estão corretas
- b) As proposições I, II, III e IV estão incorretas.
- c) As proposições III e IV estão corretas e as proposições I e II incorretas
- d) As proposições I e II estão corretas e as proposições III e IV incorretas.
- e) As proposição II e IV estão corretas e as proposições I e III incorretas.

9) Com relação ao trabalhador doméstico, aponte a **alternativa incorreta**.

- a) O doméstico tem direito a férias anuais de 30 dias, com pelo menos 1/3 a mais que o salário normal;
- b) É vedada a dispensa arbitrária ou sem justa causa da empregada doméstica gestante desde a confirmação da gravidez até 5 (cinco) meses após o parto.
- c) É lícito ao empregador doméstico efetuar descontos no salário do empregado por fornecimento de alimentação, vestuário, higiene ou moradia.
- d) O doméstico somente tem direito ao FGTS se assim consentir o empregador.
- e) O doméstico, por lei, não tem direito a horas extras, ainda que trabalhe mais que oito horas diárias ou 44 semanais.

10) A respeito do salário profissional analise as seguintes proposições, e com base na legislação, jurisprudência pacificada e doutrina predominantes aponte a **alternativa correta**.

I- O salário profissional dos técnicos em radiologia é igual a 2 (dois) salários mínimos;

II- Engenheiros que fizeram curso superior com duração de 04 anos ou mais tem direito a salário profissional de seis salários mínimos. Se o curso durou menos do que 04 anos o salário profissional é de cinco salários mínimos. Este salário considera a jornada de seis horas.

III- O salário profissional para os médicos que trabalham 04 horas por dia é de três salários mínimos.

IV- todas as categorias tem salário profissional.

- a) As proposições I, II, III estão corretas e a proposição IV está incorreta.
- b) As proposições I e II estão corretas e as proposições III e IV estão incorretas.
- c) As proposições III e IV estão corretas e as proposições I e II incorretas
- d) As proposições II, III e IV estão corretas e a proposição I incorreta
- e) As proposição II e III estão corretas e as proposições I e IV incorretas.

11) Analise as seguintes proposições concernentes às teorias que buscam caracterizar o trabalho eventual, e com base na legislação, jurisprudência pacificada e doutrina predominantes aponte a **alternativa correta**.

I- Para a teoria do evento, eventual é aquele trabalhador admitido na empresa em face de determinado acontecimento, o qual, ultrapassado, extingue a relação automaticamente.

II- Para a teoria dos fins, eventualidade prende-se à idéia de que esta modalidade de prestação de serviços vincula-se a atividades que não se inserem nos fins normais do empreendimento econômico, logo, têm sua duração limitada no tempo.

III- Os adeptos da teoria da descontinuidade entendem que eventual seria o trabalhador ocasional, sem permanência.

IV - Para a teoria da fixação jurídica, a eventualidade advém do fato de que este tipo de trabalhador não se fixa a uma fonte de trabalho, pois os beneficiários da sua prestação de serviços variam continuamente no tempo.

- a) As proposições I e II estão corretas e as proposições III e IV incorretas.
- b) As proposições II, e III e IV estão corretas e a proposição I está incorreta;
- c) As proposições I, II, III e IV estão corretas;
- d) As proposições III e IV estão corretas e as proposições I e II incorretas;
- e) As proposições I e IV estão corretas e as proposições II e III incorretas.

12) Com relação aos contratos de trabalho (gênero) analise as seguintes proposições e com base na legislação, jurisprudência pacificada e doutrina predominante aponte a **alternativa correta**.

I- O trabalhador eventual presta serviços de modo subordinado ao tomador.

II- A pequena empreitada pressupõe autonomia do empreiteiro perante o dono do obra, ou seja, neste contrato não há subordinação.

III- Para uma cooperativa de trabalho ser considerada válida é necessário que o trabalhador consiga obter um resultado melhor trabalhando como associado da cooperativa do que obteria trabalhando fora da cooperativa.

IV- O contrato de prestação de serviços invariavelmente conduz à uma relação de emprego, uma vez que é subordinado, assalariado, não eventual e pessoal em relação ao trabalhador.

- a) As proposições I e II estão corretas e as proposições III e IV incorretas.
- b) As proposições II, e III e IV estão corretas e a proposição I está incorreta;
- c) As proposições III e IV estão corretas e as proposições I e II incorretas;
- d) As proposições I e IV estão corretas e as proposições II e III incorretas.
- e) As proposições I, II e III estão corretas e a proposição IV incorreta.

13) A respeito da sucessão de empregadores assinale a alternativa **correta**:

- a) As alterações na estrutura jurídica da empresa afetarão os direitos adquiridos pelos empregados;
- b) A mudança na propriedade ou na estrutura jurídica da empresa afetará os contratos de trabalho dos respectivos empregados.
- c) Não ocorre sucessão de empregadores quando a empresa é simplesmente arrendada para terceiro.
- d) Não ocorre sucessão de empregadores quando a empresa, mesmo em funcionamento, é alienada judicialmente.
- e) Admite-se a sucessão de empregadores no âmbito doméstico.

14) No que concerne do grupo de empregadores assinale a alternativa **incorreta**.

- a) Pressupõe unidade diversificada, ou seja, o uno com pluralidade de elementos, residindo aí o traço que o distingue da fusão e da incorporação.
- b) O grupo de empregadores regido pela CLT é mais amplo do que o previsto na legislação comercial/empresarial, pois o controle pode ser exercido por pessoa física, pois a tônica deste grupo está no poder que o comanda e não na natureza da pessoa que detenha a sua titularidade.
- c) A doutrina e a jurisprudência admitem grupo econômico instituído sem a existência de empresa líder, mas com todas as empresas dispostas horizontalmente;
- d) O grupo é assimilado pelo Direito do Trabalho como empregador único, de sorte que inexistindo cláusula contratual contrária, o empregado se obriga perante o grupo, não caracterizando multiplicidade de contratos a prestação de serviços para mais de uma empresa.
- e) É possível existir grupo de empregadores formado por instituições de beneficência e associações recreativas.

15) Com relação aos poderes do empregador, analise as seguintes proposições e com base na legislação, jurisprudência pacificada e doutrina predominante aponte a **alternativa correta**.

I- Não se considera atentatória à intimidade a revista realizada pelo empregador que exige que o indivíduo se desnude perante pessoas do mesmo sexo, quando as circunstâncias assim o justificarem, como na hipótese de manipulação de dinheiro ou objetos pequenos, mas de grande valor (jóias);

II- A revista se justifica como último recurso para satisfazer o interesse empresarial, à falta de outras medidas preventivas possíveis;

III- É lícito ao empregador a instalação de circuito interno de TV por meio do qual monitora todo o processo produtivo empresarial.

IV- As revistas somente podem ser realizadas de forma geral, impessoal, por meio de critério objetivo, como sorteio, integrantes de um turno ou de determinado setor.

- a) As proposições I e II estão corretas e as proposições III e IV incorretas.
- b) As proposições II, III e IV estão corretas e a proposição I está incorreta;
- c) As proposições III e IV estão corretas e as proposições I e II incorretas;
- d) As proposições I e IV estão corretas e as proposições II e III incorretas.
- e) As proposições I, II e III estão corretas e a proposição IV incorreta.

16) No que se refere às comissões, como forma de remuneração, aponte a **alternativa correta**.

- a) As comissões são devidas ao empregado a partir da aceitação da proposta pelo comprador do produto, pois entende-se estar ultimada a transação neste caso.

- b) A transação será considerada aceita, gerando direito às comissões, se o empregador não recusar a proposta, verbalmente ou por escrito, no prazo de dez dias contados da data da proposta, se a venda foi dentro do Estado e 90 dias fora do Estado.
- c) Aceita que seja a proposta, o direito às comissões persiste, exceto se houver posterior cancelamento da venda pelo comprador.
- d) Tendo exclusividade sobre uma certa zona de trabalho para o vendedor, ele terá direito às comissões, exceto sobre as vendas realizadas diretamente pelo empregador.
- e) Se a venda aconteceu de modo parcelado as comissões serão repassadas ao empregado à medida que as parcelas forem pagas. Se houver atraso no pagamento, o empregado tem direito às comissões a partir do vencimento da parcela.

17) Com relação aos descontos que o empregador pode fazer no salário do empregado, analise as seguintes proposições e com base na legislação, jurisprudência pacificada e doutrina predominante aponte a **alternativa correta**.

I- Somente mediante expresse acordo é que o empregador pode descontar do salário do empregado os danos por este causados de modo culposos ou dolosos.

II- Havendo prévia autorização escrita do empregado, é lícito o desconto de valores para custeio de plano odontológico, médico-hospitalar, de seguro, de previdência privada ou de entidade cooperativa, cultural ou recreativo-associativa.

III- É lícito o desconto salarial referente à devolução de cheques sem fundos, quando o frentista não observar as recomendações previstas em instrumento coletivo, concernente aos procedimentos de segurança para receber o cheque.

IV- É lícito o desconto da contribuição confederativa de todos os integrantes da categoria.

- a) As proposições I e II estão corretas e as proposições III e IV incorretas.
- b) As proposições III e IV estão corretas e as proposições I e II incorretas;
- c) As proposições II e III estão corretas e as proposições I e IV incorretas;
- d) As proposições I e IV estão corretas e as proposições II e III incorretas.
- e) As proposições I, II e III estão corretas e a proposição IV incorreta.

18) Assinale a alternativa **correta** quanto às alterações do contrato de emprego.

- a) O compromisso assumido pelo empregador quando da divulgação do anúncio do emprego integra o contrato de trabalho que vier a ser celebrado;
- b) O rebaixamento do empregado somente é lícito por motivo disciplinar, técnico, econômico ou financeiro.
- c) A reversão ao cargo efetivo somente é lícita por motivo disciplinar, técnico, econômico ou financeiro.
- d) A gratificação paga pelo exercício de cargo de confiança pode ser suprimida sempre que o empregado deixar de ocupá-lo.

- e) Na hipótese de transferência do local de trabalho, seja em caráter provisório ou definitivo, o empregado tem direito a um adicional de 25%.

19) Analise as seguintes proposições atinentes à resolução do contrato de emprego e com base na legislação, jurisprudência pacificada e doutrina predominantes aponte a **alternativa correta**.

I- O contrato de trabalho contém cláusula resolutiva tácita ou implícita e, sendo de trato sucessivo, os efeitos já produzidos operam *ex tunc*.

II- A intervenção judicial somente é necessária para a dissolução do contrato em se tratando de empregado com estabilidade decenal ou dirigente sindical.

III- A justa causa é medida disciplinar cometida apenas pelo empregado contra o empregador e nunca o contrário;

IV- verificando o empregador que seu empregado adotou conduta que se qualifica como justa causa, poderá não puni-lo imediatamente, deixando para penalizá-lo futuramente.

- a) As proposições II, e IV estão corretas e as proposições I e III incorretas.
- b) As proposições I e II estão corretas e as proposições III e IV incorretas.
- c) As proposições II, e III estão corretas e as proposições I e IV incorretas.
- d) As proposições III e IV estão corretas e as proposições I e II incorretas.
- e) A proposição I está correta e as proposições II, III e IV incorretas.

20) No que tange à estabilidade provisória assinale a alternativa **correta**.

- a) Os membros da diretoria do sindicato tem estabilidade no emprego desde o registro da candidatura até um ano após o término do mandato. O número de diretores estáveis é definido pelo estatuto do sindicato.
- b) Tem estabilidade no emprego a empregada urbana, rural, avulsa e doméstica desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto, entendendo-se como confirmação a comunicação inequívoca da gravidez ao empregador.
- c) Os suplentes dos titulares da comissão interna de prevenção de acidentes – CIPA - não tem estabilidade, uma vez que atuam apenas eventualmente na ausência do titular.
- d) O titular da comissão interna de prevenção de acidentes indicado pelo empregador como seu representante, tem estabilidade nos mesmos moldes dos membros escolhidos em eleição pelos empregados.
- e) Os membros titulares de comissão de conciliação prévia constituída no âmbito da empresa, representantes dos trabalhadores, gozam de estabilidade no emprego até um ano após o final do mandato, exceto se cometerem falta grave.

21) analise as seguintes as seguintes proposições e com base na legislação, jurisprudência pacificada e doutrina predominantes aponte a **alternativa correta**.

I- O adicional de insalubridade devido a empregado que, por força de lei, convenção coletiva ou sentença normativa, percebe salário profissional será sobre este calculado;

II- Salvo nos casos previstos na Constituição, o salário mínimo não pode ser usado como indexador de base de cálculo de vantagem de servidor público ou de empregado, nem ser substituído por decisão judicial.

III- O adicional de insalubridade integra a base de cálculo das horas extras.

IV- A coleta de lixo em escritórios e residências assegura o direito de o empregado perceber adicional de insalubridade.

- a) As proposições I, II, e IV estão corretas e a proposição III incorreta.
- b) As proposições I e II estão corretas e as proposições III e IV incorretas.
- c) As proposições I, II, e III estão corretas e a proposição IV incorreta.
- d) As proposições III e IV estão corretas e as proposições I e II incorretas.
- e) A proposição I está correta e as proposições II, III e IV incorretas.

22) Assinale a alternativa **correta**.

- a) Faz jus ao adicional de periculosidade somente o empregado que permanentemente sujeita-se a condições de risco;
- b) É indevido o adicional de periculosidade quando o empregado sujeita-se a condições de risco de forma intermitente.
- c) Apenas, quando o contato dá-se de forma eventual, assim considerado o fortuito, ou o que, sendo habitual, dá-se por tempo extremamente reduzido é que o adicional de periculosidade deixa de ser devido.
- d) A fixação do adicional de periculosidade, em percentual inferior ao legal e proporcional ao tempo de exposição ao risco não é válida, nem mesmo quando pactuada em acordos ou convenção coletiva.
- e) A fixação do adicional de periculosidade, em percentual inferior ao legal é válida quando pactuada em acordos ou convenções coletivos, mas sua fixação não pode levar em conta o tempo de exposição.

23) analise as seguintes proposições concernentes à prescrição, e com base na legislação, jurisprudência pacificada e doutrina predominante aponte a **alternativa correta**.

I- A transferência do regime jurídico de celetista para estatutário não implica extinção do contrato de trabalho, não fluindo o prazo da prescrição bial a partir da mudança de regime.

II- É aplicável a prescrição bial prevista no art. 7º, XXIX, da Constituição de 1988 ao trabalhador avulso, tendo como marco inicial a cessação do trabalho ultimado para cada tomador de serviço.

III- A suspensão do contrato de trabalho, em virtude da percepção do auxílio-doença ou da aposentadoria por invalidez, não impede a fluência da prescrição

quinquenal, ressalvada a hipótese de absoluta impossibilidade de acesso ao Judiciário.

IV- A demanda arquivada interrompe a prescrição dos pedidos nela formulados.

- a) As proposições I, II, e IV estão corretas e a proposição III incorreta.
- b) As proposições I e II estão corretas e as proposições III e IV incorretas.
- c) As proposições III e IV estão corretas e as proposições I e II incorretas.
- d) A proposição I está correta e as proposições II, III e IV incorretas.
- e) As proposições II, III e IV estão corretas e a proposição I incorreta.

24) O Município de Sertão Distante, necessitando de médico mas não querendo realizar concurso, contratou por meio de empresa interposta a prestação de serviços. Sob estas condições o Médico Jonas da Silva, pediatra, atendeu diariamente no hospital municipal durante dois anos, juntamente com outro médico pediatra do quadro efetivo de servidores municipais. Ambos trabalhavam na mesma função, com a mesma carga horária, mas Jonas, por não ser concursado, percebia salário 30% inferior. Considerando esta situação concreta, assinale a **alternativa correta**.

- a) A contratação do médico Jonas por meio de empresa interposta é irregular, visto que no caso somente era cabível a contratação direta pelo Município e por esta razão o vínculo deve ser reconhecido diretamente com o Município.
- b) A contratação irregular do Médico Jonas, mediante empresa interposta, não gera vínculo de emprego com o Município, o que afasta o direito dele receber as mesmas verbas trabalhistas, legais e normativas asseguradas ao outro médico, pois este foi contratado diretamente pelo tomador.
- c) A contratação irregular do médico Jonas, mediante empresa interposta, não gera vínculo de emprego com o Município de Sertão Distante, não afastando, contudo, pelo princípio da isonomia, seu direito de obter as mesmas verbas trabalhistas, legais e normativas asseguradas ao outro médico pediatra.
- d) Uma vez que a contratação do médico Jonas não foi precedida por concurso público tem ele direito única e exclusivamente à remuneração ajustada, em relação ao número de horas trabalhadas, e aos depósitos do FGTS.
- e) O médico Jonas tem direito a receber somente as verbas trabalhistas exatamente nos limites definidos no contrato de trabalho firmado com a empresa interposta.

25) Gengeslau Parício trabalhou na fazenda Flor da Serra entre 26.06.2006 e 26.08.2008. Gozou férias entre 28.08.2007 e 27.09.2007, mas somente recebeu o valor correspondente às férias e adicional de 1/3 em 10.09.2007. Durante o vínculo sempre trabalhou de segunda a sexta-feira, das 07h:00 às 17h:00, com 30 minutos de intervalo para almoço. Na região é costume dos fazendeiros concederem apenas 30 minutos de intervalo. A partir do caso apresentado assinale a **alternativa correta**.

- a) Gengeslau não tem direito ao pagamento do intervalo intrajornada com adicional de 50%, uma vez que sendo trabalhador rural seu intervalo é definido em conformidade com os usos e costumes da região, não havendo norma que lhe garanta tempo mínimo de duração.
- b) Gengeslau tem direito ao pagamento do intervalo intrajornada com adicional de 50%, mas somente em relação ao tempo que faltava para completar uma hora, pois o restante do tempo mínimo foi por ele desfrutado.
- c) Gengeslau tem direito ao pagamento da dobra das férias gozadas entre 28.08.2007 e 27.09.2007, visto que pagas após o prazo definido em lei para tanto.
- d) Gengeslau não tem direito ao pagamento da dobra das férias gozadas entre 28.08.2007 e 27.09.2007, visto que embora pagas após o prazo definido em lei, foram gozadas na época própria.
- e) Gengeslau não tem direito à dobra das férias gozadas entre 28.08.2007 e 27.09.2007, nem a qualquer valor em decorrência da concessão de intervalo intrajornada de 30 minutos.

26) Sobre a natureza jurídica dos sindicatos, analise as seguintes proposições e com base na legislação, jurisprudência pacificada e doutrina predominante aponte a **alternativa correta**.

I- É o interesse público que define a natureza jurídica do sindicato, uma vez que apesar de agir no interesse próprio, é destinado a satisfazer interesses públicos estatais, razão pela qual tem natureza jurídica pública.

II- Possui natureza jurídica de entidade de direito público, pois sua atividade está submetida ao controle do Estado.

III- Possui natureza jurídica de entidade de direito público, uma vez que o Estado intervém na constituição e na gestão da pessoa jurídica.

IV- Possui natureza jurídica de direito público, porquanto nascem da vontade pública, ampla e geral dos indivíduos que compõem grupos com interesses iguais, similares ou conexos.

- a) Todas as proposições estão corretas.
- b) Todas as proposições estão incorretas.
- c) As proposições I e II estão corretas e as proposições III e IV incorretas.
- d) As proposições I, II e III estão corretas e a proposição IV incorreta.
- e) As proposições II e III estão corretas e as proposições I e IV incorretas.

27) sobre as prerrogativas do sindicato, assinale a **alternativa correta**.

- a) É prerrogativa do sindicato representar sua categoria administrativamente. Esta prerrogativa somente pode ser exercida judicialmente com autorização expressa do associado.
- b) É prerrogativa do sindicato celebrar acordo ou convenção coletiva de trabalho prevendo a redução de qualquer direito assegurado em lei, desde que autorizado pela assembléia geral.

- c) É prerrogativa do sindicato cobrar de todos os integrantes da categoria a contribuição assistencial, equivalente a um dia de salário por ano.
- d) É prerrogativa do sindicato cobrar pelos serviços de homologação de termo de rescisão contratual, desde que definido em assembleia geral e conste de acordo ou convenção coletiva.
- e) É prerrogativa do sindicato representar perante assembleia geral de credores da empresa em recuperação judicial ou falência, os associados titulares de créditos trabalhistas que não comparecerem pessoalmente ou por procurador.

28) Sobre os sindicatos, analise as seguintes proposições e com base na legislação, jurisprudência pacificada e doutrina predominante aponte a **alternativa correta**.

I- É obrigatória a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho, exceto o sindicato patronal na hipótese de acordo coletivo de trabalho.

II- É vedada a criação de mais de um sindicato da mesma categoria na mesma base territorial, exceto se esta abranger vários municípios e significativa parte dos trabalhadores não for associada, hipótese em que pode ser criado novo sindicato cuja base territorial coincida apenas em parte com aquele já existente.

III- O aposentado filiado tem direito a votar, mas não o de ser votado nas organizações sindicais.

IV- É vedado ao poder público a intervenção e a interferência na organização sindical.

- a) As proposições I, II, e IV estão corretas e a proposição III incorreta.
- b) As proposições I e II estão corretas e as proposições III e IV incorretas.
- c) As proposições I e IV estão corretas e as proposições II e III incorretas.
- d) A proposição III e IV estão corretas e as proposições I e II incorretas.
- e) As proposições II, III estão corretas e a proposição I e IV incorretas.

29) Sobre a abrangência do direito de greve, analise as seguintes proposições e com base na legislação, jurisprudência pacificada e doutrina predominante aponte a **alternativa correta**.

I - pode ser exercido por empregados de empresas privadas, incluídas as empresas públicas e sociedades de economia mista, profissionais liberais, instituições de beneficência e associações recreativas.

II - De acordo com a atual jurisprudência do STF não pode ser exercido por servidores civis da administração pública direta, autárquica e fundacional, de qualquer esfera, pois a constituição possui apenas norma de eficácia contida ainda não regulamentada.

III - Pode ser exercido pelos integrantes das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares, desde que aprovado em assembleia geral por maioria absoluta dos associados do sindicato.

IV - Não pode ser exercido pelos integrantes das forças armadas.

- a) As proposições I e IV estão corretas e as proposições II e III incorretas.
- b) As proposições I, II, e IV estão corretas e a proposição III incorreta.
- c) As proposições I e II estão corretas e as proposições III e IV incorretas.
- d) A proposição III e IV estão corretas e as proposições I e II incorretas.
- e) As proposições II, III estão corretas e a proposição I e IV incorretas.

30) Assinale a alternativa **incorreta** sobre o direito de greve.

- a) Como regra geral não pode a greve ser deflagrada ou mantida no curso da vigência de ACT ou CCT.
- b) Excepcionalmente poderá ser deflagrada a greve na vigência de norma coletiva, mas apenas para exigir o cumprimento de cláusula ou condição contida no instrumento coletivo, ou em decorrência de fato novo que altere substancialmente a relação de trabalho.
- c) A greve somente poderá ser deflagrada após frustradas as tentativas negociais ou verificada a impossibilidade de solução pela via arbitral.
- d) A licitude da greve pressupõe convocação de assembléia geral para definir as reivindicações e deliberar sobre a paralisação.
- e) O estatuto da entidade deve dispor sobre as formalidades da convocação e o quorum de votação para deflagrar e cessar a greve, o qual não poderá em hipótese alguma ser inferior a 50% dos integrantes da categoria.

31) Sobre a negociação coletiva, assinale a alternativa **correta**.

- a) A validade de acordo coletivo ou convenção coletiva de compensação de jornada de trabalho em atividade insalubre não prescinde da inspeção prévia da autoridade competente em matéria de higiene do trabalho.
- b) Estabelecida jornada superior a seis horas e limitada a oito horas por meio de regular negociação coletiva, os empregados submetidos a turnos ininterruptos de revezamento não tem direito ao pagamento da 7^a e 8^a horas como extras.
- c) Os efeitos dos acordos coletivos são sentidos apenas pela partes envolvidas, ou seja, a empresa e os empregados sindicalizados, enquanto os efeitos das convenções coletivas são *erga omnes*, vale dizer, abrangem todos os integrantes da categoria, sindicalizados ou não.
- d) Não pode reduzir qualquer direito trabalhista garantido aos trabalhadores por lei geral.
- e) O que for definido em negociação coletiva sempre prevalece sobre as cláusulas do contrato individual de trabalho.

32) Analise as seguintes proposições sobre as condutas anti-sindicais e ao final com base na legislação, jurisprudência pacificada e doutrina predominantes aponte a **alternativa correta**.

I - O conceito de conduta anti-sindical é amplo e abrange os atos que prejudicam indevidamente um titular de direitos sindicais no exercício da atividade sindical ou por causa desta ou aqueles atos mediante os quais lhe são negadas, injustificadamente, as facilidades ou prerrogativas necessárias ao normal desempenho da ação coletiva.

II - a ação do empregador voltada a inviabilizar a fundação de um sindicato em sua base territorial, apesar de reprovável, não se qualifica como conduta anti-sindical, uma vez que o sindicato sequer existe.

III - A dispensa do empregado dirigente sindical qualifica-se como conduta anti-sindical, mesmo na hipótese de a empregadora fechar o estabelecimento na base territorial do sindicato, pois neste caso prevalece o interesse coletivo da categoria.

IV - Qualifica-se como conduta anti-sindical a edição de norma geral heterônoma concedendo privilégio para a admissão de trabalhadores já sindicalizados em detrimento daqueles não sindicalizados.

- a) As proposições I, II, e IV estão corretas e a proposição III incorreta.
- b) As proposições I e IV estão corretas e as proposições II e III incorretas.
- c) As proposições I e II estão corretas e as proposições III e IV incorretas.
- d) A proposição III e IV estão corretas e as proposições I e II incorretas.
- e) As proposições II, III estão corretas e a proposição I e IV incorretas.

33) Assinale a alternativa que **não traduz** hipótese de ofensa a direito difuso.

- a) Greve dos trabalhadores sem manutenção das atividades inadiáveis da comunidade.
- b) Contratação de servidores públicos sem concurso público para cargo que exija aprovação em certame.
- c) Exigência de certidão negativa trabalhista, comprovando que o candidato ao emprego não possui ação trabalhista em curso.
- d) Critério de admissão de empregado que leve em conta religião, cor da pele e sexo.
- e) Demissão de todos os trabalhadores de um setor da empresa porque aderiram à greve.

34) Analise as seguintes proposições e ao final com base na legislação, jurisprudência pacificada e doutrina predominantes aponte a **alternativa correta**.

I - A reclamatória trabalhista individual deve ser extinta por litispendência se houver demanda proposta anteriormente pelo sindicato da categoria sobre o mesmo tema.

II - A fazenda pública, subsidiariamente condenada ao pagamento de obrigações trabalhistas devidas pelo empregador principal, não se beneficia da limitação dos juros de meio por cento ao mês.

III - Não é passível de rescisão o julgado que reconhece estabilidade provisória e determina a reintegração de empregado quando exaurido o prazo de estabilidade.

IV - É possível em ação rescisória postular condenação à devolução dos valores pagos aos empregados quando ultimada a execução da decisão rescindenda.

- a) As proposições I e IV estão corretas e as proposições II e III incorretas.
- b) As proposições II e III estão corretas e as proposições I e IV incorretas.
- c) As proposições II e IV estão corretas e as proposições I e III incorretas.
- d) As proposições I e II estão corretas e as proposições III e IV incorretas.
- e) As proposições I, II e III estão corretas e a proposição IV incorreta.

35) É lícito à Justiça do Trabalho, no regular exercício do poder normativo, estabelecer:

- a) Garantia de assistência sindical nas rescisões contratuais de empregados com tempo de serviço inferior a 1 (um) ano.
- b) Que o empregado despedido fica dispensado do cumprimento do aviso prévio quando comprovar a obtenção de novo emprego, desonerando a empresa do pagamento dos dias não trabalhados.
- c) A obrigação do seguro por acidente ou morte, para empregados que transportem valores ou exerçam as atividades de vigia ou vigilante, bem como aos bancários.
- d) Em favor do trabalhador rural a garantia de pequena área de terras para promover o cultivo de gêneros alimentícios para sua subsistência e de sua família.
- e) Adicional de transferência e adicional noturno em percentual superior ao assegurado em lei, desde que embasado em situação fático jurídica que justifique.

Direito Administrativo

36) Com relação aos servidores públicos federais, analise as proposições abaixo e indique a alternativa **correta**:

I – A posse do servidor em cargo de provimento efetivo pode ser feita por procuração específica, no prazo de até 30 dias contados da publicação do ato de provimento, e o exercício deverá ocorrer em 15 dias da assinatura do Termo;

II – A vacância no cargo público pode decorrer de exoneração, aposentadoria, demissão e promoção;

III - Reversão é a investidura do servidor em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental verificada em inspeção médica. Recondição é o retorno à atividade de servidor aposentado.

IV - Reintegração é a reinvestidura do servidor estável no cargo anteriormente ocupado e decorre de inabilitação em estágio probatório relativo a outro cargo;

- a) todas as proposições estão corretas
- b) as proposições I e II estão corretas, e as proposições III e IV estão erradas.
- c) as proposições I, III e IV estão corretas, e a proposição II está errada
- d) as proposições III e IV estão corretas, e as proposições I e II estão erradas
- e) todas as proposições estão erradas

37) Quanto ao servidor público civil da União analise as proposições e indique a alternativa **correta**.

São considerados como de efetivo exercício:

I – Ausência por 1 (um) dia, para doação de sangue e por 2 (dois) dias, para se alistar como eleitor;

II – Ausência por 7 (sete) dias consecutivos em razão de casamento e falecimento do cônjuge, companheiro, pais, madrasta ou padrasto, filhos, enteados, menor sob guarda ou tutela e irmãos;

III – desempenho exclusivo de mandato eletivo federal ou estadual, exceto para promoção por merecimento;

IV - júri e outros serviços obrigatórios por lei;

- a) Todas as proposições estão corretas;
- b) As proposições I e IV estão corretas, e as proposições II e III estão erradas
- c) as proposições III e IV estão corretas, e as proposições I e II estão erradas
- d) todas as proposições estão erradas
- e) a proposição II está errada, e as proposições I, III e IV estão corretas

38) Analise as assertivas abaixo e indique a alternativa **correta**:

I – É chamado pela doutrina de desconcentração a distribuição de competências entre duas pessoas diferentes, seja física ou jurídica e descentralização a distribuição de competências dentro da mesma pessoa jurídica;

II – São características das autarquias a sua criação por lei, personalidade jurídica pública, capacidade de autoadministração, especialização dos fins ou atividades e não sujeição a controle ou tutela;

III – podem ser apontados como privilégios próprios das autarquias e fundações públicas o processo especial de execução previsto no artigo 100 da Constituição Federal, a impenhorabilidade dos seus bens, prazo em quádruplo para contestar e em dobro para recorrer, imunidade tributária relativa aos impostos sobre patrimônio, renda e serviços e duplo grau de jurisdição quando as sentenças lhes forem desfavoráveis;

IV - As autarquias de regime especial são aquelas que celebram contrato de gestão com o órgão com o órgão da Administração Direta a que se acha vinculada, para a melhoria da eficiência e redução de custos.

- a) todas as proposições estão corretas
- b) as proposições I, II e III estão corretas, e a proposição IV está errada
- c) as proposições II e IV estão corretas, e as proposições I e III estão erradas
- d) todas as proposições estão incorretas
- e) a proposição III está correta, e as proposições I, II e IV estão erradas

39) Em relação aos princípios da Administração Pública, analise as proposições abaixo e assinale a alternativa **correta**:

I - Decorre diretamente do princípio da probidade administrativa a possibilidade da Administração pública revogar os próprios atos quando inconvenientes ou inoportunos, assim como o dever de anular os atos inválidos que haja praticado.

II - A encampação da concessão de serviço público decorre da aplicação do princípio da continuidade do serviço público.

III - Quando se reconhece validade aos atos praticados por funcionário irregularmente investido no cargo ou função pública é aplicação direta do princípio da impessoalidade.

IV – O princípio da motivação é aplicável em todo e qualquer ato administrativo.

- a) todas as proposições estão corretas
- b) as proposições II e IV estão erradas, e as proposições I e III estão corretas
- c) a proposição I está errada e as proposições II, III e IV estão corretas
- d) as proposições III e IV estão corretas, e as proposições I e II estão erradas
- e) todas as proposições estão erradas

40) Quanto aos poderes da Administração Pública, analise as proposições abaixo e assinale a alternativa **correta**:

I – O poder hierárquico é o que cabe à Administração Pública para apurar infrações e aplicar penalidades aos servidores públicos.

II – O poder disciplinar é aplicável as pessoas sujeitas à disciplina administrativa não necessariamente servidores públicos.

III – Um dos atributos do poder de polícia é a auto-executoriedade, existente em toda e qualquer medida de polícia, para que a Administração, com seus próprios meios, execute suas decisões, sem precisar recorrer previamente ao Poder Judiciário.

IV – As agências reguladoras podem exercer, com base na lei, típico poder de polícia, como é o caso da ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) e da ANS (Agência Nacional de Saúde Pública Suplementar).

- a) as proposições II e IV estão corretas, e as proposições I e III estão erradas
- b) as proposições I e III estão corretas, e as proposições II e IV estão erradas
- c) todas as proposições estão corretas
- d) todas as proposições estão erradas
- e) as proposições II, III e IV estão corretas, e a proposição I está errada

41) Analise as proposições abaixo e indique a alternativa **correta**:

I - O ato é discricionário quando a lei impõe limitações apenas quanto a competência, a forma e a finalidade do ato, assim a adoção de uma solução ou outra é feita segundo critérios de oportunidade e conveniência.

II - Somente o ato discricionário pode ser revogado, cujos efeitos são *ex nunc*, salvo se já exauriu seus efeitos ou gerou direito adquirido.

III - No caso de uma exoneração *ad nutum*, cujo ato é discricionário, tendo a Administração motivado o ato por falta de verba e após nomear outro funcionário para a mesma vaga, o ato será válido porque neste caso a lei não exige a motivação.

IV - O ato complexo é aquele que resulta da manifestação de dois ou mais órgãos, em que a vontade de um é instrumental em relação a vontade do outro, que edita o ato principal, como é exemplo a nomeação do Procurador Geral da República.

- a) todas as proposições estão corretas
- b) as proposições I, II, e IV estão corretas, e a proposições III está errada
- c) as proposições III e IV estão erradas, e as proposições I e II estão corretas

- d) todas as proposições estão erradas
- e) a proposição I está correta, e as proposições II, III e IV estão erradas

42) Analise as proposições e assinale a alternativa **correta**:

I - Constituem ato de improbidade administrativa que importam enriquecimento ilícito usar, em proveito próprio, bens, rendas, verbas ou valores integrantes do acervo patrimonial da administração direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, de Território, de empresa incorporada ao patrimônio público ou de entidade para cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra com mais de cinquenta por cento do patrimônio ou da receita anual.

II – Os atos de improbidade que importam enriquecimento ilícito tem como penalidade o ressarcimento integral do dano, perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de cinco a oito anos, pagamento de multa civil de até duas vezes o valor do dano e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de cinco anos.

III – Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da Administração Pública celebrar contrato de rateio de consórcio público sem suficiente e prévia dotação orçamentária, ou sem observar as formalidades previstas na lei.

IV – O sucessor daquele que causar lesão ao patrimônio público ou se enriquecer ilicitamente está sujeito às cominações da lei de improbidade até o limite do valor da herança.

- a) Todas as proposições estão corretas
- b) Todas as proposições estão erradas
- c) A proposição IV está errada, e as proposições I, II e III estão corretas
- d) As proposições I e III corretas, e as proposições II e IV estão erradas
- e) As proposições I e IV estão corretas, e as proposições II e III estão erradas

43) Quanto a responsabilidade civil do Estado, analise as proposições abaixo e indique a alternativa **correta**:

I - A diferença entre as teorias do risco administrativo e do risco integral é que a primeira admite as cláusulas excludentes da responsabilidade do Estado a

segunda não, sendo o único exemplo da aplicação da teoria do risco integral os casos de danos causados por acidentes nucleares, previsto no artigo 21, inciso XXIII, d, da Constituição Federal.

II - A responsabilidade do Estado é objetiva, o que abrange somente a Administração Direta e a Indireta.

III - À luz da doutrina e jurisprudência majoritária é excludente da responsabilidade civil objetiva do Estado a culpa exclusiva da vítima, sendo que a culpa concorrente pode atenuar a indenização.

IV - Para os casos de responsabilidade do Estado por omissão a doutrina tem defendido a aplicação da teoria da culpa do serviço, sendo subjetiva, o Estado responde desde que o serviço não funcione, funcione atrasado ou funcione mal.

- a) As proposições I e IV estão corretas, e as proposições II e III estão erradas
- b) A proposição II está errada, e as proposições I, III e IV estão corretas
- c) As proposições III e IV estão corretas, e as proposições I e II estão erradas
- d) Todas as proposições estão corretas
- e) As proposições I, III e IV estão corretas e a proposição II está errada

44) É vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto quando houver compatibilidade de horários:

- a) A de dois cargos privativos de profissionais da área da educação;
- b) A de um cargo privativo de profissional da educação com outro técnico ou científico
- c) A de dois cargos ou empregos privativos de profissionais da saúde com profissões regulamentadas
- d) A de um cargo de professor com outro cargo da área da saúde
- e) A de dois cargos da área da saúde

45) Analise as proposições abaixo e indique a alternativa **correta**:

I – a inalienabilidade, a imprescritibilidade e a impenhorabilidade dos bens públicos são absolutos;

II – Os bens de uso comum do povo e os bens dominicais estão fora do comércio jurídico de direito privado;

III – os bens dominicais comportam uma função patrimonial e financeira porque se destinam a assegurar rendas do Estado

IV – os bens de uso especial podem ser alienados desde que desafetados

- a) As proposições I e II estão corretas, e as proposições III e IV estão erradas
- b) Todas as proposições estão corretas
- c) As proposições III e IV estão corretas, e as proposições I e II estão erradas
- d) Todas as proposições estão incorretas
- e) A proposição IV está correta, e as proposições I, II e III estão erradas.

Direito Penal

46) Quanto à figura prevista no artigo 205 do Código Penal – *Exercer atividade, de que está impedido por decisão administrativa*, podemos afirmar:

- a) possui como sujeito passivo o Estado;
- b) somente se aplica ao empregado celetista;
- c) não se aplica ao servidor público;
- d) é admissível a modalidade culposa;
- e) é punido com pena máxima de um ano de detenção.

47) Nos crimes praticados por funcionário público contra a administração em geral:

- a) Tratando-se de peculato culposo, a reparação do dano extingue a punibilidade de todos os envolvidos.
- b) A conduta do funcionário autorizado, consistente em inserir ou facilitar a inserção de dados falsos nos sistemas informatizados da Administração Pública, com finalidade de causar dano, constitui crime punível com reclusão de 2 (dois) a 12 (doze) anos, além de multa.
- c) O empregado que ingressa em exercício de função pública, antes de apresentar sua declaração de bens, não incide no crime de exercício funcional ilegalmente antecipado ou prolongado.
- d) O crime de violação de sigilo funcional não admite tentativa;
- e) Ao praticar crime de peculato, o funcionário público, ocupante de cargo em comissão, fica sujeito ao aumento de $\frac{1}{2}$ (metade) de sua pena.

48) Analise os itens abaixo e assinale alternativa **correta**:

I – Deixar de restituir à repartição administrativa os autos de processo que recebeu na qualidade de procurador, configura crime de sonegação de papel.

II – Incorre na mesma pena prevista no artigo 334 do Código Penal – Delito de Contrabando ou Descaminho, quem pratica navegação de cabotagem, fora dos casos permitidos em lei.

III – A coação no curso do processo pode configurar-se, quando no juízo arbitral, o administrador da empresa emprega grave ameaça aos árbitros eleitos, com fim de favorecer a pretensão da empresa.

IV – No crime de corrupção ativa, a pena é aumentada de dois terços, se em razão da promessa, o funcionário retardar ato de ofício.

- a) As proposições I e II estão corretas e as proposições III e IV, incorretas.
- b) Todas as proposições estão corretas.
- c) As proposições I e III estão corretas e as proposições II e IV, incorretas.
- d) As proposições I, II e III estão corretas e a proposição IV, incorreta.
- e) As proposições II, III e IV estão corretas e a proposição I, incorreta.

49) Analise as afirmações abaixo e assinale a alternativa **correta**:

I – A perda da função pública e tornar certa a obrigação de indenizar o dano causado pelo crime, são efeitos automáticos decorrente da sentença penal condenatória.

II – O servidor público que for condenado pela prática do crime de peculato, terá a progressão do regime do cumprimento da pena, condicionada à reparação do dano causado.

III – O trabalho externo é possível no regime fechado.

IV – O trabalho do preso será sempre remunerado e ele terá garantia dos benefícios da Previdência Social.

- a) As proposições II e IV estão corretas e as proposições I e III, incorretas.
- b) As proposições II, III e IV estão corretas e a proposição I, incorreta.
- c) As proposições II e III estão corretas e as proposições I e IV, incorretas.
- d) Todas as proposições estão corretas.
- e) As proposições I, III e IV estão corretas e a proposição II, incorreta.

50) Analise as assertivas abaixo e assinale a alternativa **correta**:

I – É crime contra a administração da justiça a injúria proferida contra Oficial de Justiça, em razão de suas funções.

II – Consiste em denúncia caluniosa a conduta do Diretor do Sindicato dos Obreiros que imputa ao gerente de determinada empresa, a prática de atos fraudulentos, dando causa à instauração de Inquérito Civil.

III – A testemunha que faz afirmação falsa perante o juízo arbitral comete crime de falso testemunho.

IV - Comete fraude processual a parte que inovar ardilosamente na pendência de qualquer processo judicial o estado de lugar, de coisa ou pessoa, com fim de induzir a erro o juiz ou perito.

- a) Todas as proposições estão incorretas.
- b) As proposições I, II e IV estão incorretas e a proposição III, correta.
- c) As proposições III e IV estão incorretas e as proposições I e II, corretas.
- d) Todas as proposições estão corretas.
- e) As proposição II e III estão incorretas e as proposições I e IV, correta.